UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — Departamento de Geografia

RELATÓRIO PARCIAL DE ATIVIDADES DE PÓS-DOUTORADO

2º semestre — 1º de março a 31 de agosto de 2025

Pesquisador: Guilherme José Purvin de Figueiredo

Supervisor: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Projeto: A função social da literatura em Manuel Scorza: Memória, Ecologia e Literatura

Unidade: Departamento de Geografia — FFLCH/USP

1. Apresentação

Este relatório reúne atividades de investigação, ensino, extensão, comunicação científica e produção acadêmica realizadas no segundo semestre do estágio de pós-doutorado, entre março e agosto de 2025. A pesquisa, inicialmente centrada na pentalogia A guerra silenciosa, de Manuel Scorza, examina a memória dos conflitos territoriais andinos, a exploração minerária e a contribuição da literatura para compreender a crise socioambiental.

No período, a investigação desdobrou-se especialmente em uma experiência de formação universitária em Literatura e Ecologia, em comunicações sobre literatura e cinema andinos e na elaboração de uma disciplina de pós-graduação.

2. Desenvolvimento da pesquisa e resultados

2.1. Estudos literários ambientais e perspectivas latino-americanas

A investigação aprofundou a discussão das relações entre Literatura, Ecologia, Geografia e Direito. O estudo “Literatura, Ecologia e Universidade: notas sobre um percurso interdisciplinar”, apresentado no contexto do congresso de Fortaleza, articulou a educação ambiental à experiência estética, discutindo o alcance e os limites da ecocrítica como uma das vertentes dos Estudos Literários Ambientais. A reflexão retomou Antonio Candido e apontou a conveniência de uma abordagem crítica situada nas experiências culturais e históricas latino-americanas.

A pesquisa também passou a relacionar a obra de Scorza com outras representações da exploração da natureza, dos territórios e das resistências, inclusive cinematográficas. Essa vertente é evidenciada pela comunicação sobre o documentário Hija de la Laguna, apresentada em Salamanca.

2.2. Pesquisa, territorialidade e mineração

O projeto manteve como questões centrais a representação da violência territorial, a apropriação minerária, a colonialidade e as resistências indígenas e camponesas. Nesse eixo de investigação situam-se os estudos “Mineração, Entropia e Colonialidade: limites ecológicos, justiça ambiental e a ilusão da mineração sustentável no Sul Global”, em coautoria com Júlio César Suzuki, e “Percurso Histórico do Colonialismo Minerário no Brasil: Do Regimento do Ouro (1702) ao PL das Terras Raras (2024)”, publicados em 2025 na Revista de Direito e Política, volume 37. Esses trabalhos ampliam o diálogo entre a pesquisa literária, os processos históricos de exploração mineral e a crítica socioambiental latino-americana.

3. Curso de difusão Literatura e Ecologia — USP

Entre 8 de março e 12 de abril de 2025, foi realizado na FFLCH-USP, por meio do Sistema Apolo, o curso de difusão Literatura e Ecologia, com 18 horas distribuídas em seis sábados. Guilherme José Purvin de Figueiredo atuou como ministrante em colaboração com Júlio César Suzuki, Jean-Marie Lassus e Adriana Iozzi Klein. A designação oficial consta de e-mail do Sistema Apolo enviado em 28 de janeiro de 2025; a oferta possui o código 132632.

A programação atribuiu ao pesquisador três encontros: “Da Grécia à Revolução Industrial: A Odisseia do Antropoceno” (8 de março), “Degradação do meio ambiente, Socialismo e o Breve Século XX” (15 de março) e “Catástrofe climática e a degradação da democracia” (12 de abril).

A experiência foi analisada no estudo apresentado em Fortaleza, que informa aproximadamente 700 inscrições para 100 vagas, 82 confirmações e frequência média de 74%. O levantamento avaliativo identificou participantes de Letras (42%), Direito (17%) e Pedagogia (13%), entre outras áreas, e reuniu depoimentos sobre a ampliação da percepção ecológica por meio da leitura literária. Os resultados evidenciaram o interesse pela abordagem interdisciplinar e ofereceram subsídios para sua continuidade e aprofundamento.

4. Congressos e comunicações científicas

4.1. Fortaleza — maio de 2025

De 20 a 23 de maio de 2025, a Universidade de Fortaleza sediou congressos organizados em torno do tema “COP 30: Clima, Direito e Mercado em Conflito”, incluindo o 29º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública e eventos acadêmicos associados. Participei do Painel 8 — “Direito, Arte e Literatura no Antropoceno”, com apresentação sobre a articulação entre estudos literários ambientais e formação universitária.

A conferência “Literatura, Ecologia e Universidade: notas sobre um percurso interdisciplinar” apresentou a reflexão sobre os estudos literários ambientais e sistematizou a experiência do curso de extensão da USP. O trabalho integra também o volume COP 30: Clima, Direito e Mercado em Conflito (Fortaleza: UNIFOR, 2025, p. 231–256, ISBN 978-65-85314-20-6), constituindo um desdobramento bibliográfico dessa atividade acadêmica.

4.2. Salamanca, Espanha — junho de 2025

No VIII Congreso Internacional de Historia, Arte y Literatura en el Cine en Español y Portugués (CIHALCEP), realizado em Salamanca de 18 a 20 de junho de 2025, foi apresentada a comunicação “Hija de la Laguna: paralelos com a obra de Manuel Scorza”, voltada às aproximações entre narrativa literária e cinema na representação das relações entre mineração, meio ambiente e comunidades andinas. O pesquisador também moderou a mesa “Cine y cosmovisión indígena”. Ambas as funções estão documentadas em certificados da Universidade de Salamanca, datados de 20 de junho de 2025.

4.3. XVIII SICOOPES — Castanhal, agosto de 2025

No âmbito do XVIII SICOOPES, realizado em Castanhal, Pará, foi preparado o minicurso “Literatura e Ecologia na América Latina”, em colaboração com Júlio César Suzuki e Ana Cristina Ribeiro Bonchristiano. A atividade integrou a programação de 26 de agosto de 2025, das 14h às 18h, na Sala de Aula 11 do Bloco Pedagógico, com enfoque nas relações entre literatura, território e questões socioambientais.

A proposta reuniu leituras de Ferreira de Castro, Márcio Souza, Eliane Brum, Mário de Andrade, Pauline Melville e Manuel Scorza, tomando a Amazônia como território de memória, exploração e resistência. A articulação desses autores permitiu desenvolver uma abordagem comparativa da experiência colonial e das disputas ambientais na América Latina.

5. Criação da disciplina de pós-graduação IAL5829

A experiência do curso de difusão realizado entre março e abril forneceu subsídios à criação da disciplina IAL5829 — "Literatura, Ecologia e Descolonialidade: Leituras da América Latina", no PROLAM/USP, em colaboração com o supervisor Júlio César Suzuki. A disciplina foi formalizada em agosto de 2025, dando continuidade ao trabalho interdisciplinar desenvolvido no curso de extensão.

A passagem da atividade de extensão a uma disciplina de pós-graduação constitui resultado institucional relevante: a experiência mostrou demanda por aprofundamento, sistematização teórica e maior tempo de leitura e debate de produções literárias latino-americanas.

6. Avaliação do semestre

O segundo semestre demonstra ampliação do projeto, sem abandono do seu núcleo referente a Manuel Scorza. Ao estudo da memória, da mineração e dos conflitos territoriais agregaram-se a experimentação pedagógica, a sistematização dos estudos literários ambientais e o diálogo entre literatura e cinema. As atividades em Fortaleza, Salamanca e Castanhal favoreceram a circulação dos resultados em ambientes acadêmicos distintos, enquanto o curso de extensão permitiu avaliar a recepção da abordagem interdisciplinar junto a público diversificado.

As atividades do semestre articularam pesquisa bibliográfica, ensino, extensão e intercâmbio acadêmico. Destacam-se a sistematização dos Estudos Literários Ambientais, a realização do curso de difusão e o desenvolvimento de uma proposta institucional de formação pós-graduada, ao lado da apresentação de pesquisas em encontros nacionais e internacionais.

7. Continuidade e considerações finais

Para o semestre seguinte, projeta-se o aprofundamento da leitura cerrada de obras latino-americanas e das relações entre literatura, ecologia e descolonialidade; a consolidação da disciplina IAL5829; e a continuidade da experiência de ensino em cursos de extensão. Os resultados do semestre evidenciam a articulação entre investigação, docência e divulgação científica, além de sua contribuição à formação de um campo interdisciplinar de estudos literários ambientais na USP.

São Paulo, 26 de outubro de 2026.

Guilherme José Purvin de Figueiredo
Pesquisador de Pós-Doutorado — Departamento de Geografia, FFLCH/USP

Relação de anexos documentais

Anexo A — Designação como ministrante — e-mail Sistema Apolo (28/01/2025)

Anexo B — Estudo “Literatura, Ecologia e Universidade”, texto de 18 páginas

Anexo C — Convite oficial da APRODAB — congresso de Fortaleza

Anexo D — Certificado do painel em Fortaleza — congresso de maio

Anexo E — Universidade de Salamanca — comunicação Hija de la Laguna

Anexo F — Universidade de Salamanca — moderação Cine y cosmovisión indígena

Anexo G — Proposta de minicurso para o XVIII SICOOPES

Anexo H — Programação do minicurso no Pará — 26/08/2025

Registros eletrônicos adicionais: Sistema Apolo/USP, oferta 132632: https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterAtividade?cod_oferecimentoatv=132632 ; divulgação: https://infoeducacao.com.br/usp-seleciona-100-alunos-para-curso-gratuito-100-online/ ; Janus: https://uspdigital.usp.br/janus/Disciplina?sgldis=IAL5829

Guilherme José Purvin de Figueiredo <guilherme.figueiredo@alumni.usp.br>

Participação como ministrante em curso de extensão

1 mensagem

apolo@usp.br <apolo@usp.br> 28 de janeiro de 2025 às 11:01
Para: guilherme.figueiredo@alumni.usp.br

Prezado Guilherme José Purvin de Figueiredo.

O senhor acaba de ser incluído como ministrante no curso de Difusão intitulado 'Literatura e Ecologia', o qual será realizado ao longo do período de 08/03/2025 à 12/04/2025.
Em caso de dúvidas, entre em contato com a Comissão de Cultura da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Cordialmente,
Suporte Técnico Módulo Cursos - Sistema Apolo

E-mail enviado automaticamente. Favor não responder a esta mensagem.

LITERATURA, ECOLOGIA E UNIVERSIDADE: NOTAS SOBRE UM PERCURSO INTERDISCIPLINAR

Guilherme José Purvin de Figueiredo [1]

RESUMO: Este artigo apresenta uma reflexão interdisciplinar sobre as articulações entre Literatura, Ecologia e Universidade, com base na experiência docente e investigativa do autor. Parte-se da constatação de que a crise ambiental contemporânea demanda abordagens interdisciplinares e sensíveis, conforme previsto pela Lei nº 9.795/99. O estudo propõe que a literatura, para além de seu valor estético, funcione como instrumento de formação ética e perceptiva diante do colapso ecológico. A emergência da Ecocrítica e dos Estudos Literários Ambientais é discutida em diálogo com as Ciências da Mente, Geografia, Filosofia, Direito, Psicologia e Artes. Defende-se uma prática pedagógica que una técnica e sensibilidade, razão e afeto.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e Ecologia. Ecocrítica. Educação Ambiental. Interdisciplinaridade. Antropoceno.

ABSTRACT: This article offers an interdisciplinary reflection on the connections between Literature, Ecology, and the University, based on the author's teaching and research experience. It begins with the premise that the contemporary environmental crisis demands interdisciplinary and sensitive approaches, as outlined by Brazil's Law No. 9.795/99. Literature is proposed not merely as an aesthetic object, but as a tool for ethical and perceptual formation in the face of ecological collapse. The emergence of Ecocriticism and Environmental Literary Studies is explored in dialogue with the Mind Sciences, Geography, Philosophy, Law, Psychology, and the Arts. A pedagogy that unites technique and sensitivity, reason and emotion, is advocated.

[1] Pesquisador em Programa de Pós-Doutorado junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Escritor e Professor de Estudos Ambientais no campo do Direito e da Teoria Literária. É doutor em Direito e Mestre pela USP, graduado em Direito e em Letras. Autor de diversas obras jurídicas e literárias, dentre as quais destacam-se "Propriedade no Direito Ambiental" e "Curso de Direito Ambiental", além de cinco livros de contos. Fundador e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública; fundador e ex-coordenador geral da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil. É atualmente coordenador internacional das duas associações e da Academia Latino-Americana de Direito Ambiental – ALADA.

KEYWORDS: Literature and Ecology. Ecocriticism. Environmental Education. Interdisciplinarity. Anthropocene

1. Introdução: Tudo é meio ambiente

Pensar em natureza e clima tornou-se, hoje, praticamente inevitável. O tema permeia gestos cotidianos e até expressões banais, como o cumprimento "bom dia", cuja literalidade é desestabilizada por extremos meteorológicos. O que seria, afinal, um dia bom? Um dia de sol? Mas já houve registros próximos de 60 °C na Avenida Paulista. Tampouco as tempestades aliviam: provocam inundações, quedas de energia, perda de conexão. A condição climática atual desestabiliza até os atos mais rotineiros da linguagem.

Essa inquietação, embora hoje urgente, não é nova. Quem foi adolescente em 1972 talvez se recorde da Conferência de Estocolmo — a primeira da ONU dedicada ao meio ambiente — e do papel de destaque assumido pelo Brasil, embora por meio de uma postura refratária às imposições ecológicas que se delineavam. É também dessa época a primeira popularização do termo "meio ambiente" na cultura brasileira, como atesta "Amor à Natureza", conhecida canção de Paulinho da Viola, que surpreendeu parte do público ao abordar um tema até então visto como técnico ou distante:

Cinzentas nuvens de fumaça
Umedecendo meus olhos
De aflição e de cansaço...

Em poucas décadas, esse misterioso "meio ambiente" tornou-se eixo de uma crise civilizatória que se manifesta não apenas em tratados internacionais, mas também em obras de literatura, cinema, filosofia e artes visuais. A intersecção entre esses discursos — que outrora pareciam distopias isoladas — hoje compõe uma malha convergente: *Admirável Mundo Novo*, *1984*, *The Man in the High Castle*, *O Conto da Aia* ou *Blade Runner (Androides sonham com ovelhas elétricas?)*.

Com formação na área jurídica, dediquei boa parte da minha trajetória ao ensino do Direito Ambiental. Esse trabalho me levou a interlocuções constantes com docentes de outras áreas — Saúde Pública, Serviço Social, Economia, Psicologia — cujos repertórios bibliográficos frequentemente já incluíam noções ecológicas: Psicologia Ambiental, Economia Ecológica, Saneamento Básico, Gestão de Recursos. Graças a tais interações, era possível promover um diálogo multidisciplinar sobre questões ecológicas e climáticas com profissionais das mais diversas áreas.

Algo que sempre me suscitou certo desconforto no ensino jurídico foi a ênfase excessiva em uma abordagem puramente técnica do direito positivo. O estudo descontextualizado de normas, focado exclusivamente em sua interpretação literal e aplicação formalista, sempre me pareceu insuficiente

para a formação de um profissional comprometido com os desafios contemporâneos. É precisamente essa limitação que me afastou de uma visão reducionista do Direito Ambiental — aquela que se restringe à identificação de lacunas normativas ou à busca de brechas legais, eventualmente instrumentalizáveis em favor de interesses empresariais contrários à preservação ambiental.

A minha compreensão do Direito Ambiental, ao contrário, o vincula intrinsecamente aos Direitos Humanos, mais do que a um desdobramento técnico do Direito Administrativo, como sustentam alguns autores. Não compartilho da perspectiva segundo a qual o Direito Ambiental seria um simples ramo derivado da administração pública, voltado à regulação do uso racional dos recursos naturais. Entendo-o, antes, como expressão de uma ética jurídica comprometida com a justiça socioambiental e com a proteção de bens coletivos essenciais à vida digna. Por essa razão, nos cursos de graduação em que lecionei, sempre procurei conjugar os conteúdos normativos com referências oriundas do universo literário e cinematográfico.

Entre os exemplos que utilizei com frequência, destaco o romance *Não verás país nenhum*, de Ignácio de Loyola Brandão, cuja narrativa distópica, ambientada numa São Paulo colapsada ambientalmente, possibilita aos estudantes uma visualização vívida das consequências da degradação ecológica. Também o filme *A qualquer preço* (*A Civil Action*), dirigido por Steven Zaillian em 1998, baseado em um caso real de contaminação da água por resíduos industriais, foi incorporado como recurso pedagógico para discutir a interface entre justiça ambiental, saúde coletiva e responsabilidade empresarial. Tais obras cumpriam a função de aproximar os discentes de uma realidade concreta que, muitas vezes, a linguagem impessoal da legislação ambiental não consegue expressar com suficiente densidade experiencial.

Ao longo do curso de graduação, as respostas dos alunos à leitura do romance de Ignácio de Loyola Brandão foram bastante satisfatórias. Tomo aqui, a título exemplificativo, o debate suscitado a partir deste pequeno excerto:

> "O povo dos Acampamentos foi impedido de entrar, no dia em que um prefeito decidiu: 'São Paulo precisa parar'. Então parte dessa água-mijada seria utilizada para a população dessas Zonas. O resto é reserva. O ministro das Águas declarou que nossas reservas dão para seis meses, numa emergência. No entanto meu sobrinho afirmou que estamos vendendo água ao Chile por um décimo do preço que pagamos. Para nós, o preço do barril aumenta constantemente, e sem razão"[2].

[2] BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Não verás país nenhum.* 14ª edição. São Paulo : Global Editora, 1987, p.28.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), entre 1995 e 2015, registraram-se pelo menos três episódios críticos de estiagem, com impactos relevantes sobre os níveis dos reservatórios e a capacidade de fornecimento de água, especialmente pelo Sistema Cantareira, responsável por abastecer mi lhões de habitantes.

Entre 1999 e 2000, os estudantes de graduação puderam sensibilizar-se de forma mais intensa diante da estiagem prolongada que levou à redução acentuada dos volumes armazenados no Cantareira. Na época, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) promoveu campanhas de conscientização sobre o uso racional da água, ao mesmo tempo em que realizou manobras técnicas como a redução da pressão na rede em bairros periféricos. Apesar de não ter havido racionamento formal, o abastecimento foi comprometido em diversas regiões[3].

Situação semelhante repetiu-se entre o final de 2004 e o início de 2005, quando uma nova sequência de chuvas abaixo da média voltou a afetar os sistemas produtores de água da RMSP. A Sabesp novamente adotou medidas preventivas, e alertas foram emitidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) quanto à necessidade de reduzir a dependência do Sistema Cantareira, dado seu caráter estruturalmente frágil[4]. Naquele contexto, especialistas apontavam a urgência de diversificação das fontes de abastecimento e de investimentos na proteção dos mananciais.

Episódios configuram sinais precursores de um modelo insustentável de gestão hídrica, baseado na superexploração dos recursos e na ausência de planejamento de longo prazo[5]. Além disso, análises políticas posteriores identificaram, nesses momentos de escassez, elementos típicos de desastres sociais, com impactos desiguais sobre populações vulneráveis[6]. A culminância desse processo ocorreu na já amplamente estudada crise hídrica de 2014–2015, quando o Sistema Cantareira operou com volumes próximos de zero, obrigando a adoção do chamado “volume morto” e gerando uma série de

[3] GEOUSP – Espaço e Tempo. Crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo: uma análise sob a perspectiva da injustiça ambiental. *Revista GEOUSP*, São Paulo, n. 40, p. 317–339, 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/103064/195321. Acesso em: 13 abr. 2025.
[4] O GLOBO. Em São Paulo, maior crise de abastecimento da história. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 out. 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/em-sao-paulo-maior-crise-de-abastecimento-da-historia-13317475. Acesso em: 13 abr. 2025.

[5] AMBIENTE & SOCIEDADE. A crise hídrica de São Paulo: entre desastres e desigualdades. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 21, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/rqGhjC3WJ3qDgrtQPGMScLK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 abr. 2025.

[6] CÂMARA DOS DEPUTADOS. A crise hídrica: consequências para o abastecimento de água, de energia elétrica e para a economia. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/crise-hidrica/a-crise-hidrica. Acesso em: 13 abr. 2025.

restrições e disputas políticas sobre transparência e responsabilidade. Esse evento confirmou os alertas ignorados das duas décadas anteriores e acentuou a necessidade de reestruturação urgente da política hídrica paulista.

Ademais, a partir de singela passagem do romance *(“estamos vendendo água ao Chile por um décimo do preço que pagamos. Para nós, o preço do barril aumenta constantemente, e sem razão”),* foi possível também enveredarmos pelo debate a respeito da água enquanto direito humano fundamental e enquanto mercadoria. Empresas transnacionais como a Nestlé **e a** Suez desempenharam papel significativo na comercialização da água potável na América Latina, atuando por meio da extração de aquíferos e do engarrafamento para consumo privado ou da gestão de sistemas públicos de abastecimento. No Brasil, a Nestlé comercializou marcas como Pureza Vital **e** São Lourenço até vender suas operações ao Grupo Edson Queiroz em 2018. No México, enfrentou críticas por explorar fontes hídricas em regiões com escassez. A francesa Suez**,** por sua vez, gerenciou sistemas urbanos de água em países como Argentina e Bolívia, onde sua atuação foi alvo de protestos. Em Cochabamba, a tentativa de privatização do abastecimento hídrico resultou na célebre Guerra da Água (2000), em que a população rejeitou o controle privado sobre um recurso essencial. Esses episódios evidenciam os conflitos entre a lógica de mercado e o direito humano à água, cada vez mais presente no debate ambiental e social latino-americano, tendo todo o debate surgido a partir da leitura da obra de referido escritor brasileiro.

Forçoso reconhecer, contudo, que a sensibilização dos estudantes — especialmente os do período noturno, cuja rotina laboral frequentemente antecede o espaço acadêmico — revela-se mais efetiva nos debates suscitados por obras cinematográficas que articulam narrativas jurídicas, ambientais e humanas. Entre os filmes utilizados em sala de aula, destaco *Erin Brockovich – Uma Mulher de Talento* (2000), dirigido por Steven Soderbergh, baseado no caso real de contaminação hídrica por cromo hexavalente na Califórnia, e *Dark Waters* (2019), dirigido por Todd Haynes, que retrata a batalha jurídica do advogado Robert Bilott contra a corporação DuPont, responsável por décadas de poluição com compostos perfluorados (PFOA) em comunidades dos Estados Unidos. Ambos os filmes revelam, com densidade dramatúrgica e documental, as assimetrias de poder entre populações vulnerabilizadas e grandes corporações, tornando-se instrumentos pedagógicos eficazes para discutir os limites do direito ambiental diante da lógica de acumulação e da negligência institucionalizada.

2. Educação Ambiental e Multidisciplinaridade

Podemos definir a Educação Ambiental como um processo pedagógico e crítico voltado à formação de sujeitos conscientes e engajados na transformação socioambiental. Atua em escolas, comunidades e políticas públicas, promovendo cidadania ecológica, justiça ambiental e ecopedagogia.

A **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil. Estabelece diretrizes para a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, além de promover ações educativas fora do contexto escolar.

A inter e multidisciplinaridade figuram entre seus princípios fundamentais, conforme expresso no Art. 4º:

> Art. 4º – São princípios básicos da educação ambiental: (...) III – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; IV – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; V – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter e da multidisciplinaridade; (...)

Na prática, isso significa que a educação ambiental não deve ser tratada como disciplina isolada, mas como conteúdo transversal, presente em diversas áreas do conhecimento — como geografia, biologia, história, química, literatura, entre outras. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla e sistêmica das questões ecológicas, formando cidadãos capazes de pensar criticamente, agir localmente e compreender globalmente a crise climática e ambiental.

Foi com base nesse entendimento que, desde os primeiros anos no magistério superior de Direito Ambiental, adotamos uma metodologia de ensino ancorada nos princípios da Lei 9.795/99, promovendo diálogo constante com outras áreas do saber: Psicologia e Serviço Social (na Universidade São Francisco); Economia e Saúde Pública (no Curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental oferecido pelas Faculdades de Direito e de Saúde Pública da USP).

O Direito Ambiental trata da regulação jurídica voltada à proteção da natureza, ao controle de impactos, à prevenção de danos e à responsabilização de infratores. Envolve temas como licenciamento, áreas protegidas, instrumentos de comando e controle, justiça intergeracional e tutela de direitos difusos.

O Serviço Social, por sua vez, assume papel central na defesa do meio ambiente como direito social. A partir de uma perspectiva crítica, atua na interseção entre questões socioambientais e desigualdades estruturais, evidenciando como os impactos ambientais atingem desproporcionalmente as populações vulneráveis. Ao promover educação ambiental, políticas sustentáveis e mobilização social, o assistente social contribui para uma sociedade mais justa e integrada à sustentabilidade planetária.

Tanto a Medicina como a Saúde Pública enfrentam desafios cruciais ao estudar os impactos da degradação ambiental na saúde humana, incluindo poluição, contaminação química, doenças emergentes e desigualdades sanitárias, exigindo abordagens integradas como vigilância epidemiológica, toxicologia, planejamento urbano e políticas preventivas.

No âmbito das Ciências da Mente, três eixos emergem como fundamentais para compreender a relação entre subjetividade e crise ecológica: 1) Psicanálise do Antropoceno e Subjetividade Ecológica: Investiga os mecanismos inconscientes ativados pela crise ambiental - da negação à ecoansiedade, passando pela culpa e pelo narcisismo antropocêntrico. Este campo, articulando teoria psicanalítica e crítica cultural, explora como o psiquismo elabora a finitude planetária e constrói imaginários de colapso, revelando tanto as resistências quanto possíveis caminhos de elaboração simbólica da crise; 2) Psicologia Ambiental e Social: Focaliza as dinâmicas entre sujeitos e ambientes (físicos e simbólicos), analisando desde a percepção de risco climático até padrões de consumo insustentáveis. Combinando psicometria, estudos experimentais e intervenções práticas, busca compreender e transformar comportamentos, propondo estratégias para enfrentar a ecoansiedade e promover estilos de vida sustentáveis; 3) Neurociência Ecológica: Mapeia as respostas cerebrais a estímulos ambientais - dos efeitos restauradores da natureza aos impactos da poluição sensorial e do estresse climático. Através de neuroimagem e psicofisiologia, revela como o sistema nervoso processa e é afetado pelas transformações ambientais, oferecendo bases científicas para o desenho de espaços urbanos saudáveis.

A Economia Ambiental analisa a valoração de bens e serviços ecossistêmicos, a aplicação de instrumentos econômicos de regulação (como tributos verdes e créditos de carbono) e a avaliação de externalidades ambientais. Baseia-se em modelos de precificação e análise custo-benefício. Já a Economia Ecológica propõe uma crítica estrutural à racionalidade econômica dominante. Considera os limites biofísicos do planeta, questiona a viabilidade do crescimento contínuo e propõe uma reorganização sistêmica da produção e do consumo. Adota perspectivas interdisciplinares, pós-utilitaristas e normativas.

Abro aqui um parêntese para tratar de um aspecto muitas vezes negligenciado na formação dos profissionais da área ambiental, mas que representa um dos seus desafios mais recorrentes: a interpenetração entre vida pessoal e engajamento político. A esse respeito, Isabel Cristina de Moura Carvalho, ao refletir sobre o perfil do educador ambiental, observa que sua atuação é atravessada por um compromisso ético-existencial com a causa ecológica. Para a autora, o educador tende a fazer de sua própria trajetória de vida um campo contínuo de aprendizado, no qual se procura antecipar, na esfera cotidiana, os valores e práticas que orientam o projeto de uma sociedade mais sustentável. Isso implica, segundo ela, uma diluição das fronteiras entre as esferas pública e privada, pessoal e política.

Tal imbricação — que se configura como uma espécie de "sacerdócio laico" em prol da utopia ecológica — é frequentemente percebida como critério de reconhecimento e pertencimento ao campo ambiental, com todos os custos e gratificações que daí decorrem[7].

No entanto, ao propor a utilização da Literatura como instrumento de sensibilização ecológica, entendo que é necessário estender essa análise. O engajamento do educador, em minha proposta, não depende de uma prática de vida absolutamente coerente com os ideais ecológicos — o que, na sociedade contemporânea, marcada por estruturas de consumo compulsório e desigualdade socioeconômica, seria muitas vezes inviável. A formação do profissional comprometido com a pauta ambiental deve, acima de tudo, basear-se em um horizonte ético claro e em alinhamento com os princípios consagrados na Constituição Federal e nos acordos internacionais de enfrentamento da crise climática, como os promovidos pela ONU.

Nesse contexto, defendo que o cultivo de uma sensibilidade artística e cultural, orientada pela leitura crítica de narrativas literárias, cinematográficas, dramáticas ou musicais, sob a perspectiva ecológica, constitui uma condição formativa relevante. Trata-se de fomentar, entre os docentes, uma espécie de *repertório simbólico mínimo* que os habilite a articular conteúdos disciplinares à complexidade das questões ambientais. Essa sensibilidade não exige perfeição comportamental nem adesão integral a padrões de consumo idealizados, mas sim a disposição para compreender e transmitir, por meio de experiências estéticas e pedagógicas, a urgência dos desafios ecológicos que atravessam o presente.

3. Estudos Literários Ambientais

Num gesto tardio, porém formativo, há doze anos prestei vestibular para o curso de Letras. A Literatura, que sempre me acompanhara, passou a ocupar espaço formal em minha trajetória acadêmica. A escolha pelo Direito, décadas antes, fora motivada por razões pragmáticas; a opção por Letras, agora, respondia a um desejo de aprofundamento e escuta. Em sala de aula, assumi o papel ambíguo do aluno veterano — aquele que insiste em aproximar a leitura literária de outras esferas da experiência vivida.

Foi nesse contexto que as primeiras reflexões ecológicas no campo da Literatura tomaram uma forma mais clara. Sempre que possível, os trabalhos escolares procuravam relacionar as obras sugeridas às questões ambientais. *Tess*, de Thomas Hardy, tornou-se uma referência para pensar a degradação da mulher e da paisagem. *O Barão nas Árvores*, de Italo Calvino, já anunciava, em sua

[7] CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Sujeito Ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia. São Paulo : Cortez, 5ª ed., 2010.

abertura, a perda das florestas europeias. A poesia de Cabo Verde, indicada para estudo, provocava associações entre o solo árido da ilha e a exuberância do continente africano — dualidade sensível à lógica do extrativismo.

Doze anos se passaram desde o início da nova trilha de um professor de Direito Ambiental no âmbito da Teoria Literária. A Ecocrítica já circula por diversos departamentos da FFLCH, inclusive em áreas inicialmente inesperadas. Foi em diálogo com docentes do Departamento de Letras Orientais que conheci *"Adeus a Matiora" (1976), de Valentin Rasputin*, romance que retrata o destino da aldeia Matiora, condenada a desaparecer pela construção de uma hidrelétrica. Rasputin explora o conflito entre progresso e tradição numa obra-prima da literatura russa que questiona o preço do desenvolvimento e celebra a resistência da memória coletiva, colocando em debate a figura dos "atingidos por barragens".

Como, porém, no âmbito do ensino de graduação[8] de todas essas áreas do conhecimento, promover a sensibilização ecológica dos estudantes? Aqui, mais uma vez, aposto no poder da Literatura.

Observa-se uma tendência inovadora em faculdades de Medicina que incorporam a Literatura como ferramenta de formação humanística, utilizando obras como *A Morte de Ivan Ilitch* de Tolstói para explorar a experiência subjetiva da doença. Este clássico, ao retratar a jornada de um homem diante da morte terminal, oferece aos estudantes *insights* profundos sobre o sofrimento físico e emocional dos pacientes, enfatizando a necessidade de empatia e cuidado integral. Tal abordagem literária complementa a formação técnica, preparando os profissionais para lidar com as complexidades da prática médica num contexto de crescentes desafios ambientais e sociais, onde a compreensão das dimensões humanas da saúde se torna tão essencial quanto o conhecimento científico. A convergência entre estudos ambientais, prática clínica e humanidades aponta para um modelo de medicina mais holístico e sensível às necessidades dos pacientes e do planeta.

A conexão entre psicanálise e literatura remonta ao próprio Freud, que mantinha intenso diálogo com as obras de escritores como Shakespeare, Goethe e Arthur Schnitzler. No ensaio *O poeta e a fantasia* (1908), Freud afirma que os escritores captam com intuição aquilo que o psicanalista descobre com método: "Os poetas e os escritores estão sempre um passo à frente de nós homens da ciência, pois eles conhecem, por intuição, aquilo que nós apenas descobrimos por meio da investigação."

Este intercâmbio revela-se profícuo: se a psicanálise oferece ferramentas para decifrar os processos psíquicos, a literatura - através de suas narrativas complexas - proporciona um campo

[8] Trato aqui genericamente de cursos de graduação, não obstante algumas das áreas, como a da Psicanálise, não se enquadrem nessa perspectiva.

privilegiado para explorar as dimensões inconscientes da experiência humana. Na era do Antropoceno, esta aliança torna-se ainda mais relevante, pois a ficção pode antecipar e elaborar simbolicamente os traumas ecológicos, funcionando tanto como diagnóstico cultural quanto como espaço de cura imaginativa. Obras literárias que abordam catástrofes ambientais ou a relação homem-natureza oferecem, assim, material valioso para refletir sobre os desafios psíquicos de nosso tempo.

Nos últimos doze anos, venho desenvolvendo estudos e pesquisas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em particular nos departamentos de Letras e de Geografia. Foi por volta de 2020 que o termo *Ecocrítica* passou a circular com maior frequência nos espaços da universidade, quase sempre como sinônimo de leitura dos aspectos ecológicos de uma obra literária. Desde já ressalto que a importação desse termo de origem norte-americana não deve ser feita sem que tenhamos consciência de que ele é tão somente uma corrente crítica específica. Isso significa que o interesse pelas relações entre literatura e natureza é bem anterior ao advento dos estudos de Ecocrítica: desde os anos 1990, o legado de autores como Raymond Williams e Fredric Jameson já influenciava parte da reflexão crítica em teoria literária. Um termo próprio, porém, ainda não havia sido sistematizado ou incorporado como objeto específico de disciplinas, como é o caso dos Estudos Culturais.

Nesta nova fase de minhas pesquisas, o foco passou a ser a implementação de investigações voltadas à interface entre Literatura, Ecologia e Geografia, com destaque para as conexões entre texto literário, território e representação ambiental.

Os Estudos Culturais, inaugurados pela Escola de Birmingham com Richard Hoggart (*The Uses of Literacy*, 1957) e Raymond Williams (*Cultura e Sociedade*, 1958), exploram a cultura como campo de poder e resistência. Stuart Hall, figura central, ampliou o debate com teorias sobre identidade, raça e mídia (*Encoding/Decoding*, 1973), enquanto E.P. Thompson (*The Making of the English Working Class*, 1963) vinculou cultura à história social. Na fase global, Homi Bhabha (*The Location of Culture*, 1994) e Paul Gilroy (*The Black Atlantic*, 1993) abordaram hibridismo e diáspora. Néstor García Canclini (*Culturas Híbridas*, 1990) e Arjun Appadurai (*Modernity at Large*, 1996) analisaram globalização, enquanto Henry Jenkins (*Convergence Culture*, 2006) e Sara Ahmed (*The Cultural Politics of Emotion*, 2004) avançaram para mídia digital e afetos. O campo mantém seu caráter interdisciplinar, criticando estruturas de desigualdade e reinterpretando práticas culturais em contextos locais e globais.

Se Raymond Williams explorou cultura como "estrutura de sentimento", tornando-se um dos mais destacados nomes no campo dos Estudos Culturais, há outros autores que tratam a *natureza* como *constructo cultural* e campo de disputa política, muitas vezes ligando justiça ambiental a questões de classe, raça e gênero. Dentre eles destacam-se Greg Garrard e Lawrence Buell, referências obrigatórias

no campo da Ecocrítica; Donna Haraway, autora de *Manifesto Cyborg* (1985) e *Stay with the Trouble* (2016), obras que abordam natureza, tecnologia e pós-humanismo; Bruno Latour, recentemente falecido, autor de *Políticas da Natureza* (1999), onde une antropologia e ecologia, criticando a separação natureza/cultura; Val Plumwood, ecofeminista, autora de *Environmental Culture* (2002), onde destaca a ligação entre opressão da natureza e de gênero; Timothy Morton, criador do conceito de "ecologia escura"; Rob Nixon, autor de *Slow Violence* (2011), sobre impactos invisíveis da degradação ambiental em comunidades pobres; e Anna Tsing, autora de *The Mushroom at the End of the World* (2015), onde estuda ecologia em cenários pós-capitalistas.

Todas as pesquisas destes autores podem ser enfeixadas sob a rubrica de Estudos Ambientais. E, se quisermos ser mais específicos, poderemos adotar o termo *Estudos Literários Ambientais* para designar o conjunto de análises que exploram as representações da relação entre seres humanos e ambiente no discurso literário. Essa categoria abrange desde reflexões fundacionais, como as de *O Campo e a Cidade*, até investigações contemporâneas sobre imaginários ecológicos, colapso climático e subjetividade ambiental.

Isto porque a chamada "Ecocrítica", embora amplamente referida nos últimos anos, constitui apenas uma vertente possível dentro desse campo. Estruturada no contexto acadêmico dos Estados Unidos e Reino Unido, a ela investiga como textos literários representam o mundo natural, a degradação ambiental, os conflitos ecológicos e os afetos gerados pela crise planetária. Utiliza instrumentos da crítica literária, hermenêutica, teoria cultural e abordagem interdisciplinar.

Contudo, há outras formas legítimas de abordar a questão ecológica na literatura. No Brasil, a linha de pesquisa *Literatura e Sociedade*, criada por Antonio Cândido, já incorpora, sem necessidade de grandes ajustes metodológicos, uma dimensão ambiental. Como ele destaca desde as primeiras linhas de sua obra homônima, que, depois de uma época em que "o estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social, que a certa altura do século passado chegou a ser vista como chave para compreendê-la, depois foi rebaixada como falha de visão", afirma que hoje "estamos avaliando melhor o vínculo entre a obra e o ambiente, depois de termos chegado à conclusão de que a análise estética precede considerações de outra ordem"[9]. De fato, Antonio Cândido, assevera que "nada impede que cada crítico ressalte o elemento de sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra"[10]. Assim, no campo dos Estudos Literários Ambientais, os elementos poderiam o homem e o ambiente que o cerca – não necessariamente a poluição ou qualquer outra tragédia

[9] CÂNDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. 8ª Ed. São Paulo : T.A. Queiroz, 2000 : Publifolha, 2000. P. 5.
[10] Idem, p. 9.

ambiental do Antropoceno, mas tudo o que disser a esta relação que achava-se por séculos ofuscada pelos aspectos puramente estéticos, psicológicos ou sociais.

Há ainda dezenas de outras possibilidades. É possível construir abordagens a partir de perspectivas como a Ecologia Decolonial, o Ecofeminismo, o Ecossocialismo (como em Michel Löwy, Kohei Saito e John Bellamy Foster). Ou, ainda, a Teoria Literária Anarquista de Jesse Cohn articula literatura e ecologia sob uma perspectiva libertária, influenciada por Murray Bookchin. Para Cohn, a crise ambiental decorre de relações sociais autoritárias, e a literatura pode revelar formas alternativas de organização não opressiva. Em *Anarchism and the Crisis of Representation* (2006), analisa textos que subvertem o antropocentrismo e enfatizam a interdependência ecológica. Destaca autores como Ursula K. Le Guin e Henry David Thoreau, cuja obra, segundo ele, proporia uma ética de simplicidade e harmonia, unindo crítica social e imaginação ecologicamente emancipadora[11].

Com isto, quero tão somente ressaltar que, embora a Ecocrítica tenha inegável relevância, ela não esgota as possibilidades dos Estudos Literários Ambientais. Sua adoção acrítica, especialmente em contextos latino-americanos, pode ser problemática se nosso objetivo for a construção de uma crítica ecoliterária não colonizada, enraizada em experiências e epistemologias brasileiras.

Paralelamente aos Estudos Literários Ambientais, desenvolve-se o campo da Estética Ambiental / Arte Ecológica, que investiga como as artes visuais, performáticas e espaciais expressam, criticam ou elaboram poeticamente as relações entre humanos e natureza. Atua na sensibilização crítica, na representação simbólica do colapso e na construção de afetos ecológicos. Inclui práticas como instalações, *land art*, cinema ecológico e performances ambientais. Destacam-se, nesse contexto, os estudos de Andrew Patrizio sobre o território comum entre história da arte e cuidado planetário.

No âmbito da Geografia— ambiental, agrária, humana, política, física —, a crise ecológica adquire abrangência multidisciplinar, conforme preconizado pela Lei 9.795/99. A Geografia permite abordar o território como produto da interação sociedade-natureza; os sistemas naturais e suas dinâmicas; os conflitos espaciais e a produção do espaço; além das articulações críticas entre meio ambiente e organização social. Por essas razões, pareceu-nos ser o ambiente ideal para o desenvolvimento de uma linha de pesquisa sobre Ecologia e Literatura, inserida em um espectro mais amplo de investigações sobre Geografia, Literatura e Arte.

O quadro abaixo reúne alguns campos disciplinares que integram os Estudos Ambientais, com definições concisas, foco temático, métodos típicos e exemplos de aplicação.

Vertente	Disciplinas envolvidas	Objeto de estudo	Métodos utilizados	Exemplos de subcampos

[11] COHN, Jesse. Anarchism and the Crisis of Representation. Selinsgrove: Susquehanna University Press, 2006.

Ciências Naturais e da Terra	Biologia, Ecologia, Geologia, Climatologia, Oceanografia, Geografia Física	Ecossistemas, biodiversidade, ciclos biogeoquímicos, clima, solos, água, poluição, riscos naturais	Observação empírica, modelagem, análises geoquímicas, sensoriamento remoto, monitoramento ambiental	Geociências ambientais, pedologia, hidrogeologia, ciência do clima, erosão, desastres naturais
Engenharias e Tecnociência Ambiental	Engenharia Ambiental, Engenharia Química, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Agronomia, Ciência dos Materiais	Tecnologias de remediação, saneamento, resíduos, emissões, monitoramento, bioenergia	Tratamentos físico-químicos, biorremediação, análises laboratoriais, desenho de sistemas, simulação computacional	Biorremediação, tratamento de efluentes, engenharia de resíduos, energias renováveis, agricultura sustentável
Ciências Sociais e Jurídico-Políticas	Sociologia, Antropologia, Economia (incluindo Economia Ambiental e Economia Ecológica), Ciência Política, Direito, Geografia Humana e Ambiental	Conflitos socioambientais, políticas públicas, governança, justiça ambiental, desigualdades territoriais	Análise institucional, entrevistas, estatística, modelagem econômica, cartografia crítica	Justiça climática, regulação ambiental, mercados de carbono, direito ambiental, instrumentos econômicos
Saúde e Meio Ambiente	Medicina Ambiental, Saúde Pública, Epidemiologia, Toxicologia, Ciências Farmacêuticas	Relações entre ambiente e saúde humana, contaminação, doenças emergentes, desigualdades sanitárias	Vigilância epidemiológica, bioestatística, ensaios toxicológicos, estudos de caso clínico e ambiental	Doenças ambientais, intoxicações por agrotóxicos e metais, saúde urbana, poluição atmosférica
Humanidades e Artes	Literatura, Filosofia, História, Estética, Artes Visuais, Música	Representações, valores, ética, memória ambiental, paisagem simbólica, percepção estética do colapso	Hermenêutica, crítica cultural, análise textual e visual, história das ideias	Ecocrítica, estética do colapso, história ambiental, arte ecológica, filosofia da natureza
Ciências Psicológicas e Subjetivas	Psicologia, Psicanálise, Neurociência, Psicologia Ambiental e Social	Afetos, percepções, subjetividade ecológica, negação, ecoansiedade, mudança de comportamento	Psicometria, observação clínica, estudos experimentais, teorias da personalidade e do inconsciente	Psicanálise do Antropoceno, ecoansiedade, dissonância cognitiva ecológica, psicologia do consumo

4. Literatura e Ecologia: uma experiência pedagógica no âmbito da Universidade de São Paulo

No período de 8 de março a 12 de abril de 2025, lançamos, no âmbito do Programa Apolo da USP, o curso *Literatura e Ecologia*[12]. Com carga horária de 18 horas, distribuídas ao longo de seis sábados, a proposta foi voltada a um público ampliado, selecionado por sorteio entre mais de 700 inscritos. O interesse pelo tema foi, desde o início, surpreendente. A heterogeneidade do grupo — composto por jovens pesquisadores, docentes da rede pública, estudantes de graduação e profissionais de diversas áreas — favoreceu um debate intergeracional e interdisciplinar.

O principal objetivo do curso foi de incentivar nos alunos uma leitura das obras de Literatura a partir do enfoque ecológico e climático. Esta perspectiva contribuirá para a sensibilização individual e coletiva para importante questão que merece pelo menos ombrear outros enfoques igualmente relevantes, como as perspectivas de gênero, raça e descolonialidade. Além da possibilidade de aperfeiçoamento individual, pretende-se que o curso seja proveitoso também para que professores (de

[12] O curso, com um total de 18 horas-aula, contou ainda com a participação dos professores Júlio César Suzuki (DG-FFLCH-USP, supervisor de minha pesquisa de pós-doutoramento), Jean-Marie Lassus (Université de Poitiers) e Adriana Iozzi Klein (DLM-FFLCH-USP).

ensino fundamental e médio; de Geografia; de Direito Ambiental; de Economia Ambiental; de Psicologia Ambiental; de Serviço Social; de Educação Ambiental etc) passem a utilizar exemplos extraídos da melhor Literatura em suas aulas, com o que se espera que os seus estudantes adquiram maior sensibilidade sobre os temas técnicos tratados em suas áreas de estudo.

Esse curso resultou de um projeto de pós-doutorado atualmente em desenvolvimento junto ao Departamento de Geografia da USP [13]. A escolha pela Geografia não foi casual: foi nessa área que encontrei um ambiente epistemológico mais permeável às articulações entre ciência, estética e política. Conceitos como "porosidade disciplinar" (Levi R. Bryant), "as três ecologias" (Felix Guattari) e "ecologia da mente" (Gregory Bateson) são debatidos com familiaridade no campo da Geografia Agrária e Urbana. Além disso, o professor que acolheu a proposta, Júlio César Suzuki, tem reconhecida atuação no diálogo entre literatura e espaço, coordenando a *Revista de Geografia, Literatura e Arte* da USP.

A novidade, portanto, não reside na existência da Ecocrítica como objeto de estudo, mas no fato de a USP oferecer, pela primeira vez, um curso com esse foco de forma institucionalizada. Estudar *O Campo e a Cidade*, de Raymond Williams, permanece ponto de partida fundamental, mas o curso busca ampliar esse escopo, inserindo a crítica literária no contexto da crise ecológica, da política global e da descolonização do sensível.

O curso, concebido com carga horária inicial de 18 horas-aula, foi realizado em seis encontros aos sábados, a partir de 8 de março de 2025, e tomou por eixo estruturante as múltiplas intersecções entre literatura e ecologia, privilegiando uma abordagem trans-histórica e transnacional. Propôs-se uma leitura crítica das representações da natureza em distintos momentos da história literária, a partir de Homero, passando por Camões e Shakespeare, com ênfase nas rupturas advindas da Revolução Industrial, no Romantismo inglês e na constituição do pensamento ecológico moderno. Debateram-se, ainda, as formas de degradação ambiental próprias da sociedade de massas, as contribuições do marxismo à crítica ecológica, o surgimento dos movimentos ambientalistas e sua repercussão nos discursos poéticos e narrativos da tradição brasileira. Examinaram-se também os vínculos entre urbanismo, ecologia e imaginação literária, com destaque para o livro "O Turista Aprendiz", de Mário de Andrade, a obra de Italo Calvino, bem como as funções simbólicas da natureza na epopeia andina de Manuel Scorza.

[13] A pesquisa se dá no campo da Literatura Andina e da Mineração, com foco nos romances do escritor peruano Manuel Scorza.

O curso, gratuito, contou com quase setecentas inscrições para o preenchimento de cem vagas por sorteio, das quais foram confirmados 82 nomes. O número médio de presença foi de 74%, o que praticamente coincide com o número de presenças exigidas (75%).

Ao final do curso, foi apresentado um questionário para levantamento de dados qualitativos e *feedback* dos alunos. A maioria (42%) é da área das Letras. A segunda área mais frequente é do Direito (17%) e da Pedagogia (13%). Em seguida, com aproximadamente 4% cada uma delas, vêm as áreas de História. Artes Visuais, Jornalismo, Geografia, Psicologia e Biologia. A média de idade (excluindo quem não informou) é de 47,35 anos. A porcentagem de mulheres é de 83,33% e de homens, 16,67%.

Transcrevo passagens de alguns depoimentos, a título ilustrativo:

> "O curso ampliou de forma significativa minha percepção sobre as urgências ambientais. Passei a enxergar a crise climática, a perda da biodiversidade e a luta por justiça ambiental não apenas como temas científicos ou políticos, mas como questões éticas que a literatura pode (e deve) abordar com profundidade. O diálogo entre Literatura e outras áreas foi um dos pontos altos do curso. Conectar textos literários com debates do Direito, da Geografia e da Filosofia ampliou muito a minha visão de mundo e fortaleceu o entendimento de que o saber não deve ser compartimentado" (Fernanda Aparecida dos Santos).
>
> "Com a perspectiva ecocrítica, passei a considerar melhor os papéis da natureza nessas obras, e como nenhum detalhe é descrito por acaso pelos autores. Pretendo aplicar os conhecimentos que adquiri no curso fazendo leituras melhores, mais atentas, das obras que trabalhar quando retomar o trabalho em sala de aula. O curso contribuiu muito para me fazer refletir melhor sobre as questões ambientais. Ele me lembrou muito dos objetivos da Agenda 2030" (Kátia Vitória Santos Coelho).
>
> "Não considerava aspectos ecológicos. Meu olhar tinha maior propensão a aspectos literários, sociológicos, históricos, filosóficos e psicológicos. A perspectiva ecocrítica apresentada nos cursos me forneceu uma bagagem teórica e metodológica à compreensão de como as obras literárias se relacionam com a compreensão ecológica do mundo em seus respectivos tempos históricos. O curso contribuiu para que minha percepção ecológica saísse da esfera meramente biológica e se expandisse interdisciplinarmente, percebendo suas influências, principalmente, mas não só, nas produções literárias. Percebi a magnitude do debate ecológico percorrido pelo mundo. Gostaria que houvesse ênfase no debate ecocrítico propriamente brasileiro, aprofundando-se nos nuances de nossa realidade e na relação do brasileiro com a natureza" (Gustavo Basso de Souza).
>
> "O curso ampliou meu conhecimento sobre questões ambientais contemporâneas, pois minha visão era limitada às concepções veiculadas socialmente, mas uma vez no curso, necessitei ater-me um pouco mais nestes conceitos, especialmente sobre justiça ambiental e ecomarxismo, pois eram temas que eu conhecia muito superficialmente e prejudicavam a minha compreensão integral das propostas. Também vi grande relevância na preocupação, legítima, de observar a representação das vozes femininas, o amplo conhecimento ofertado sobre as obras constituídas pelos povos originários ou pelas lutas sul-americanas, mas senti falta de obras escritas por mulheres" (Kelen Cristina dos Santos Chacon).
>
> "A perspectiva ecocrítica transformou totalmente – pessoa e leitora de contexto urbano, que cresceu numa cidade de ordem semi-rural na década de 1970, eu achava que a natureza era pano de fundo ou cenário de quase tudo o que eu lia. Nesse sentido, o curso me fez compreender a história da cultura em sua representação da natureza e as mudanças de perspectiva ao longo do tempo. Eu procurei pelo curso exatamente porque questões como as da crise climática, dos refugiados do clima e a perda da biodiversidade me interessavam na minha vida profissional como escritora e editora de livros para crianças. Entendo pouquíssimo de justiça ambiental, mas gostaria de estudar mais" (Susana Ramos Ventura).

Em virtude da limitação temporal, não foi possível desenvolver diversos temas previstos, entre os quais: a representação das epidemias na literatura ocidental (em autores como Boccaccio, Defoe, Camus e Thomas Mann); as articulações entre teatro e ecologia (notadamente em Ibsen e Tchekhov);

a crítica latino-americana ao extrativismo em *Veias Abertas da América Latina* e em autores como José Maria Arguedas, Ciro Alegria, César Vallejo e Jorge Icaza, dentre outros; a ficção ecológica de autoras como Svetlana Aleksievitch e Olga Tokarczuk; as distopias do Norte global; a produção ecoliterária portuguesa contemporânea (com ênfase em Ferreira de Castro e Lídia Jorge); a literatura indígena brasileira contemporânea (Davi Kopenawa, Olívio Jekupé, Ailton Krenak, Eliane Potiguara, Daniel Munduruku e outros); a carta de Caminha como gênese do olhar colonial sobre a paisagem; e a literatura do trabalho e do ambiente laboral em autores como Karel Čapek, Pagu, Émile Zola e Roniwalter Jatobá.

Ainda que de caráter panorâmico, o curso demonstrou que a fruição coletiva dos excertos literários selecionados engendra, por parte dos participantes, um envolvimento crítico e afetivo com as questões abordadas. Tal engajamento evidencia que a própria formação dos profissionais implicados nessa metodologia de conscientização ambiental demanda abertura à experiência estética e disposição à escuta ativa. O processo de aprendizagem, nesse contexto, transcende a mera transmissão de conteúdo, pois o discente se converte, progressivamente, em sujeito produtor de seu próprio saber ecológico, ativando, pela via da literatura, formas sensíveis de compreensão do mundo e de pertencimento ético ao planeta.

A experiência pedagógica, nesse sentido, revelou que, para uma abordagem minimamente adequada da complexidade temática proposta, impõe-se a ampliação da carga horária para 30 ou mais horas-aula e a reformulação do curso no formato de aperfeiçoamento, superando, assim, os limites operacionais próprios da modalidade de difusão. O objetivo é aprofundar o debate e propor uma transição: da sistematização teórica à dimensão ética e prática da crítica cultural. Trata-se, em última instância, de pensar a literatura como lugar de mediação simbólica entre o colapso e a possibilidade.
A questão, hoje, já não é apenas identificar obras que tematizem o aquecimento global, a desertificação ou o envenenamento dos alimentos. É reconhecer que a crise ecológica atravessa modos de vida, afetos, estruturas narrativas e ritmos poéticos. Falar de ecologia, nesse contexto, é falar também de nós — de nossos silêncios, hábitos e formas de percepção. A literatura pode ajudar a ver. O passo seguinte é perguntar: e agora que vemos, o que fazemos? Essa é, talvez, a questão mais urgente.

5. Conclusão

Como se pôde observar, há não apenas legitimidade, mas um comando legal explícito para a inserção transversal da temática ambiental em todos os campos do saber — da Biologia à Informática, da Psicologia ao Direito, da Geografia à Física Nuclear. Trata-se da Lei nº 9.795/99, que estabelece, entre seus princípios, a inter e a multidisciplinaridade como fundamentos da educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Mas, para além da exigência normativa, há uma dimensão subjetiva e ética que não pode ser desconsiderada. É o que propõe Félix Guattari ao formular o conceito das três ecologias — ambiental, social e mental. Ter domínio técnico sobre biorremediação de solos não torna, por si só, um engenheiro sensível à causa ambiental. Tampouco um doutorado em Direito Ambiental garante compromisso efetivo com a vida e a saúde do planeta. A transformação profunda requer mais do que conhecimento: exige elaboração simbólica, relação afetiva e reconfiguração perceptiva.

É nesse ponto que as Artes, e particularmente a Literatura, podem exercer papel decisivo na formação espiritual do ser humano. O estudo de Literatura e Ecologia não se limita ao campo das Letras, nem se restringe à análise textual. Ele propõe uma abertura de sensibilidade, uma educação do olhar, uma ampliação da escuta — capazes de reorientar a forma como percebemos e habitamos o mundo.

Por isso, cresce o número de interessados nessa área: biólogos, engenheiros, advogados, professores, recém-formados e aposentados, homens e mulheres em busca de algo menos árido, menos tecnicista. Se a literatura já ocupa espaço em cursos de Medicina, se já existem obras sobre Direito e Literatura, é possível afirmar que, lida sob a chave contemporânea do Antropoceno, ela pode tornar-se uma potente ferramenta para ecologizar nossas mentes — despertando uma consciência capaz de articular ciência, sensibilidade e ação.

7. Bibliografia

- **AHMED, Sara.** *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- **APPADURAI, Arjun.** *Modernity at Large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- **BRANDÃO, Ignácio de Loyola.** *Não Verás País Nenhum*. São Paulo: Global, 1987.
- **BRYANT, Levi R.** *The Democracy of Objects*. Open Humanities Press, 2011.
- **BUELL, Lawrence.** *The Environmental Imagination*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- **CANCLINI, Néstor García.** *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- **CÂNDIDO, Antônio.** *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz : Publifolha, 2000.
- **COHN, Jesse.** *Anarchism and the Crisis of Representation*. Selinsgrove: Susquehanna University Press, 2006.
- **GARRARD, Greg.** *Ecocriticism*. London: Routledge, 2004.
- **GILROY, Paul.** *The Black Atlantic*. London: Verso, 1993.
- **GUATTARI, Felix.** *As Três Ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- **HALL, Stuart.** *Encoding/Decoding*. In: *Culture, Media, Language*. London: Routledge, 1980.
- **HARAWAY, Donna.** *Manifesto Cyborg* (1985); *Staying with the Trouble* (2016).
- **HOGGART, Richard.** *The Uses of Literacy*. London: Chatto & Windus, 1957.
- **JAMESON, Fredric.** *Archeologies of the future: The Desire Called Utopia and Other Science Fictions*. London / New York : Verso, 2005.
- **JENKINS, Henry.** *Convergence Culture*. New York: NYU Press, 2006.

- **LATOUR, Bruno.** *Políticas da Natureza*. São Paulo: Edusp, 2004.
- **LE GUIN, Ursula K.** *Os Despossuídos*. Diversas edições.
- **LÖWY, Michel.** *Ecossocialismo: uma alternativa radical à catástrofe ecológica capitalista*. São Paulo: Cortez, 2020.
- **MORTON, Timothy.** *Ecology without Nature*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- **NIXON, Rob.** *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- **PATRIZIO, Andrew.** *The Ecological Eye: Assembling an Ecocritical Art History*. Manchester: Manchester University Press, 2019.
- **PLUMWOOD, Val.** *Environmental Culture: The Ecological Crisis of Reason*. London: Routledge, 2002.
- **RASPUTIN, Valentin.** *Прощание с Матёрой: повести* [Adeus a Matióra: novelas]. São Petersburgo: Azbuka, Azbuka-Atticus, 2017. 608 p. (Азбука-классика). ISBN 978-5-389-08849-8.
- **SAITO, Kohei.** *Capital in the Anthropocene*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
- **THOMPSON, E.P.** *The Making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz, 1963.
- **THOREAU, Henry David.** *Walden*. Camelot Editora, 2024.
- **TSING, Anna.** *The Mushroom at the End of the World*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- **VIOLA, Paulinho da.** "Amor à Natureza" (Álbum "Paulinho da Viola" – Odeon, 1975).
- **WILLIAMS, Raymond.** *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- **ZAILLIAN, Steven (dir.).** *A Civil Action* [filme]. Touchstone Pictures, 1998.

COP 30: CLIMA, DIREITO e MERCADO EM CONFLITO

23º Congresso do Magistério Superior de Direito Ambiental - APRODAB

29º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública – IBAP

1º Congresso Internacional da Academia Latino-americana de Direito Ambiental – ALADA

18ª Semana Internacional de Meio Ambiente - UNIFOR

Caro Professor **GUILHERME PURVIN,**

É com grande satisfação que o convidamos a participar do 23º Congresso do Magistério Superior de Direito Ambiental, do 29º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública, o 1º Congresso Internacional da Academia Latino-americana de Direito Ambiental e a 18ª Semana Internacional de Meio Ambiente da Universidade de Fortaleza, eventos que serão realizados no período de 20 a 23 de maio sob a orientação da temática COP 30: Clima, Direito e Mercado em Conflito.

Os congressos acontecerão na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, localizada na Av, Washisngton Soares, 1321, bairro Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará, que acolheu o desafio de, juntamente com as demais entidades associativas patrocinadoras, inaugurar os debates em torno dos temas orientadores das discussões que mobilizam a realização da COP 30, em novembro deste ano, na cidade de Belém do Pará.

Será, pois, uma grande honra tê-la no **Painel 8**, **com abordagem sobre Direito, arte e literatura no antropoceno**, no dia 22 de maio, **com início às 17h00,** Auditório da Biblioteca na UNIFOR, juntamente com as colegas Elizabeth Lino Cornejo, Lia Leite e Sheila Pitombeira.

Assim, com vistas a ultimar os prepativos dos eventos, solicitamos a gentileza de enviar uma foto sua e informações sobre como gostaria de ser apresentado no cartaz de divulgação dos Congressos, bem como nas redes sociais das entidades patrocinadoras, para o e-mail comissaoorganizadora.aprodaibap@gmail.com De igual modo, solicitamos autorização para

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE DIREITO AMBIENTAL DO BRASIL
Rua Antônio Carlos, 582, Conj. 08-A,
CEP 01309-010, São Paulo/SP
Fone: (11) 3112-8259
e-mail: aprodabdiretoria@gmail.com

publicação de sua imagem nos sítios eletrônicos de divulgação dos Congressos, inclusive após o encerramento dos eventos, quando da disponibilização das palestras gravadas para acesso dos associados e demais estudiosos interessados, observando-se, naturalmente, as regras da Lei Geral de Proteçaõ de Dados Pessoais - LGPD.

Por fim, informamos que, caso tenha interesse em participar do **livro dos Congressos**, com previsão de lançamento durante a realização dos eventos, poderá enviar o artigo para o email retro indicado **até o dia 20 de abril,** de modo a viabilizar a publicação durante os congressos.

Na expectativa e alegria de contarmos com sua participação e disponibilidade antecipamos sinceros agradecimentos.

Um grande abraço,

Fortaleza-Ce., 30 de março de 2025.

SHEILA CAVALCANTE PITOMBEIRA:11590815300

Assinado digitalmente por SHEILA CAVALCANTE PITOMBEIRA:11590815300
Data: 2025.04.07 23:38:56 -0300

Sheila Cavalcante Pitombeira

Coordenadora-Geral da APRODAB

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Presidente do IBAP

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE DIREITO AMBIENTAL DO BRASIL
Rua Antônio Carlos, 582, Conj. 08-A,
CEP 01309-010, São Paulo/SP
Fone: (11) 3112-8259
e-mail: aprodabdiretoria@gmail.com

COP 30: CLIMA, DIREITO e MERCADO EM CONFLITO

23º Congresso do Magistério Superior de Direito Ambiental - APRODAB

29º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública – IBAP

1º Congresso Internacional da Academia Latino-americana de Direito Ambiental – ALADA

18ª Semana Internacional de Meio Ambiente - UNIFOR

AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu,_____

_____,

AUTORIZO, em face de minha participação no **23º Congresso da ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE DIREITO AMBIENTAL DO BRASIL – APRODAB, 29º Congresso BRASILEIRO DA ADVOCACIA PÚBLICA – IBAP, 1º Congresso INTERNACIONAL DA ACADEMIA LATINO-AMERICANA DE DIREITO AMBIENTAL – ALADA e 18ª SEMANA INTERNACIONAL DE MEIO AMBIENTE – UNIFOR** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos alusivos ao mencionado Congresso da APRODAB**,** para ser utilizada no sítio eletrônico da Associação e entidades patrocinadoras. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e exterior, das seguintes formas: (I) *home page*; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros.

Fortaleza-Ce._____, dia ____ de _____ de 2025.

_____

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE DIREITO AMBIENTAL DO BRASIL
Rua Antônio Carlos, 582, Conj. 08-A,
CEP 01309-010, São Paulo/SP
Fone: (11) 3112-8259
e-mail: aprodabdiretoria@gmail.com



Certificado

Certificamos que **GUILHERME PURVIN DE FIGUEIREDO** participou como palestrante da 18ª Semana do Meio Ambiente da Universidade de Fortaleza, com a tema **"COP 30: Clima, Direito e Mercado em Conflito"**, que ocorreu nos dias 19 e 23 de maio de 2025, com carga horária de **10 horas**. Na oportunidade, apresentou a palestra **"Painel 8 - Direito, Arte, Literatura no Antropoceno"**, que ocorreu no dia 20 de maio de 2025.

Fortaleza-CE, 20 de maio de 2025.

Profa. Dra. Adriana Helena S. Moreira da Silva
Vice-Reitora de Extensão e Comunidade Universitária
Universidade de Fortaleza

Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia pública
(IBAP)

Profa. Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira
Coordenadora-Geral da Associação de Professores
de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB)

Prof. Dr. Guilherme Purvin de Figueiredo
Coordenador-geral da Academia Latino Americana de
Direito Ambiental (ALADA)

ALADA

APRODAB
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE DIREITO AMBIENTAL DO BRASIL

IBAP
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADVOCACIA PÚBLICA

Universidade de Fortaleza

D. JOSÉ MANUEL SANTOS PÉREZ, DIRECTOR DEL VIII CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA, ARTE Y LITERATURA EN EL CINE EN ESPAÑOL Y PORTUGUÉS-CIHALCEP, CERTIFICA QUE

GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO

ha presentado la comunicación *«Hija de la Laguna»: paralelos com a obra de Manuel Scorza* en el VIII Congreso Internacional de Historia, Arte y Literatura en el Cine en Español y Portugués: «El cine y la producción audiovisual frente a los desafíos climáticos y la sostenibilidad socioambiental», celebrado en la Facultad de Traducción y Documentación de la Universidad de Salamanca del 18 al 20 de junio de 2025.

Salamanca, 20 de junio de 2025



D. José Manuel Santos Pérez
Director del VIII CIHALCEP

CENTRO DE ESTUDIOS BRASILEÑOS

VNiVERSiDAD D SALAMANCA

Fundación Cultural Hispano Brasileña

D. JOSÉ MANUEL SANTOS PÉREZ, DIRECTOR DEL VIII CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA, ARTE Y LITERATURA EN EL CINE EN ESPAÑOL Y PORTUGUÉS-CIHALCEP, CERTIFICA QUE

GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO

ha moderado la mesa *Cine y cosmovisión indígena* en el VIII Congreso Internacional de Historia, Arte y Literatura en el Cine en Español y Portugués: «El cine y la producción audiovisual frente a los desafíos climáticos y la sostenibilidad socioambiental», celebrado en la Facultad de Traducción y Documentación de la Universidad de Salamanca del 18 al 20 de junio de 2025.

Salamanca, 20 de junio de 2025



D. José Manuel Santos Pérez
Director del VIII CIHALCEP

CENTRO DE ESTUDIOS BRASILEÑOS

VNiVERSiDAD D SALAMANCA

Fundación Cultural Hispano Brasileña

XVIII SICOOPES – IX FECITIS

Curso: Literatura e Ecologia na América Latina

Público: Estudantes de Graduação e Pós-Graduação

Vagas: 40 pessoas

Duração: 3 horas

Este mini-curso investiga como a biodiversidade latino-americana, especialmente da Amazônia, se inscreve na literatura e nas artes não como pano de fundo, mas como agente histórico e simbólico. Parte-se da hipótese de que há, na tradição literária ibérica e latino-americana, uma dimensão ecológica, onde natureza e cultura são indissociáveis.

A Amazônia, maior floresta tropical do planeta, surge nas narrativas não apenas como espaço de vida, espiritualidade e memória, mas também como território de disputa, exploração e resistência. A literatura e outras expressões artísticas — pintura, cinema, música e oralidade — capturam as tensões entre os modos de vida sustentáveis dos povos tradicionais e as lógicas de destruição ambiental impostas pelo capitalismo colonial e contemporâneo.

A América Latina abriga cerca de 40% da biodiversidade mundial. Essa realidade ecológica atravessa as produções culturais, que denunciam os impactos do extrativismo predatório e dos projetos que mercantilizam a vida, transformando florestas, rios e territórios em mercadorias. Tragédias socioambientais, como o rompimento de barragens e a devastação causada pela mineração ilegal, não aparecem apenas nos relatórios técnicos, mas também como elementos estruturantes nas narrativas literárias e artísticas.

O colapso ambiental é apresentado nas obras como parte de uma história longa de colonialismo, racismo, escravidão e violência contra povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. A destruição da natureza é, sobretudo, uma questão social, profundamente vinculada às estruturas econômicas e políticas que historicamente organizam o continente.

Autores como Eliane Brum (*Banzeiro Òkòtó*), Márcio de Souza (*Galvez, Imperador do Acre*), Ferreira de Castro (*A Selva*), Mário de Andrade (*Turista Aprendiz*, *Macunaíma*) e Pauline Melville (*A história do ventríloquo*) constroem narrativas que rompem com a separação entre sociedade e natureza. Suas obras revelam a Amazônia como território de saber, resistência e imaginação poética, dialogando com autores que tratam de outras realidades ambientais, como Lídia Jorge, Antônio Cândido e Manuel Scorza.

A proposta do curso é uma leitura ecocrítica das literaturas amazônica, andina e latino-americana, articulando-as aos debates da geografia, da história ambiental, do direito ecológico e das cosmologias dos povos da floresta, mostrando como a literatura constitui uma ferramenta fundamental para compreender e enfrentar a crise ecológica contemporânea.

Coordenação: Júlio César Suzuki (Professor do Departamento de Geografia da USP, graduado em Geografia e Letras USP); Guilherme José Purvin de Figueiredo (Pós-Doutorando Geografia USP, Doutor e Mestre em Direito, Graduado em Letras USP); Ana Cristina Ribeiro Bonchristiano (Doutoranda e Mestre em Letras USP, Graduada em Letras e Direito USP)

Literatura e Ecologia na América Latina

terça-feira, 26 de agosto de 2025 14:00 às 18:00

Sala De Aula 11 - Bloco Pedagógico

Adicionar ao calendário

Palestrantes

JS **Júlio Cesar Suzuki (Palestrante)**

GF **Guilherme José Purvin de Figueiredo (Palestrante)**

AB **Ana Cristina Ribeiro Bonchristiano (Palestrante)**

Resumo

"Este mini-curso investiga como a biodiversidade latino-americana, especialmente da Amazônia, se inscreve na literatura e nas artes não como pano de fundo, mas como agente histórico e simbólico. Parte-se da hipótese de que há, na tradição literária ibérica e latino-americana, uma dimensão ecológica, onde natureza e cultura são indissociáveis.
A Amazônia, maior floresta tropical do planeta, surge nas narrativas não apenas como espaço de vida, espiritualidade e memória, mas também como território de disputa, exploração e resistência. A literatura e outras expressões artísticas — pintura, cinema, música e oralidade — capturam as tensões entre os modos de vida sustentáveis dos povos tradicionais e as lógicas de destruição ambiental impostas pelo capitalismo colonial e contemporâneo.
A América Latina abriga cerca de 40% da biodiversidade mundial. Essa realidade ecológica atravessa as produções culturais, que denunciam os impactos do extrativismo predatório e dos projetos que mercantilizam a vida, transformando florestas, rios e territórios em mercadorias. Tragédias socioambientais, como o rompimento de barragens e a devastação causada pela mineração ilegal, não aparecem apenas nos relatórios técnicos, mas também como elementos estruturantes nas narrativas literárias e artísticas.
O colapso ambiental é apresentado nas obras como parte de uma história longa de colonialismo, racismo, escravidão e violência contra povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. A destruição da natureza é, sobretudo, uma questão social, profundamente vinculada às estruturas econômicas e políticas que historicamente organizam o continente.
Autores como Eliane Brum (Banzeiro Òkòtó), Márcio de Souza (Galvez, Imperador do Acre), Ferreira de Castro (A Selva), Mário de Andrade (Turista Aprendiz, Macunaíma) e Pauline Melville (A história do ventríloquo) constroem narrativas que rompem com a separação entre sociedade e natureza. Suas obras revelam a Amazônia como território de saber, resistência e imaginação poética, dialogando com autores que tratam de outras realidades ambientais, como Lídia Jorge, Antônio Cândido e Manuel Scorza."Recolher